

# A I República e os telégrafo-postais: relatos de duas greves na primeira pessoa

*Greve telégrafo-postal de 1917: um aspecto da «avenida das baionetas» no Terreiro do Paço, acervo iconográfico da FPC. ↘*

## Tempos difíceis

A I República (1910-1926) sempre sofreu de uma grande instabilidade política e social desde a sua implantação até à sua queda às mãos dos militares em 28 de Maio de 1926.

As grandes esperanças geradas pelo movimento republicano sobretudo nas massas laboriosas das duas grandes cidades, Lisboa e Porto, que tão activamente tinham participado no movimento inicial, viram-se paulatinamente goradas por uma sucessão de querelas quase insanáveis entre os vários partidos e os líderes que partilharam o poder neste período. Por outro lado, nas zonas rurais, onde a notícia de mudança de regime chegou pelo telégrafo, as populações resistiram passivamente a uma nova situação que não compreendiam por inteiro, devido a um analfabetismo dominante, ao conservadorismo atávico que lhes era próprio alimentado pela ligação à Igreja que via a sua influência contestada pela nova ordem das coisas.

Neste contexto assumem cada vez maior expressão factores económicos com grande repercussão social como a escassez de bens de primeira necessidade, bens alimentares em primeiro lugar. O aumento do custo de vida dispara. César de Oliveira, entre outros, calcula que este aumento se situaria, em média, na ordem dos 66% no período compreendido entre 1914 e 1917.

As classes laboriosas, nelas compreendidas quer o operariado urbano quer rural quer franjas cada vez mais alargadas da burguesia urbana, vêem diminuir os seus salários drasticamente face ao custo de vida. A alta especulativa dos preços provocada pelo açambarcamento tem uma ascensão contínua que culmina no ano de 1917, com a entrada do nosso país na Grande Guerra.

A entrada na guerra veio precipitar uma situação próxima da ruptura. Em 9 de Março de 1916 a Alemanha declara-nos guerra, em Julho é formado o Corpo Expedicionário Português sob a direcção do general

Norton de Matos e em 30 de Janeiro de 1917 embarca a 1ª Brigada a caminho de França.

Todo um cortejo de maiores problemas internos é arrastado pela adesão à guerra, defendida, em primeiro lugar, por Afonso Costa e o seu Partido Democrático. Além do acentuar da alta especulativa dos preços também se assiste a uma vaga de despedimentos generalizada por falta de matérias-primas, em que é imposto um regresso forçado de muitos operários às suas terras de origem, assiste-se à fuga dos capitais em particular para a Suíça, há uma corrida aos bancos que induz crescente número de falências quer no sector bancário quer no sector empresarial e, finalmente, as situações epidémicas eclodem grassando a «gripe espanhola», a célebre «pneumónica» (que, no total, fará mais de 100 000 vítimas) e a febre tifóide.

O aumento do custo de vida é estimado nas maiores cidades na ordem dos 99% em Outubro de 1917 e atinge em Janeiro de 1918 os 133%.

Perante esta situação insustentável a agitação das classes laboriosas atinge paroxismos inusitados: assaltos a lojas e armazéns de víveres, tanto em Lisboa como no Porto, bem como em cidades da província. O mais conhecido destes movimentos desorganizados e espontâneos das populações acossadas pela fome deu-se em 19 de Maio de 1917 em Lisboa e ficou conhecido como a «Revolução da batata».

Mas, ao lado destes movimentos mais ou menos anárquicos, surgem formas cada vez mais organizadas e informadas de expressão de vontade dos trabalhadores.

Arredados da representação parlamentar pelas leis da República que apenas concediam direito de voto aos homens maiores de idade (21 anos), sabendo ler e escrever (cerca de 75% da população portuguesa não possuía estas habilitações mínimas) ou que fossem chefes de família há mais de um ano, aos trabalhadores restava a organização autónoma em associações de classe muitas vezes de cariz mutualis-



- GRÉVE TELEGRÁFO-POSTAL DE 1917 -



Os grévistas entrando para o Arsenal de Marinha sob escolta.

✓ *Acervo iconográfica da FPC.*

ta ou assistencialista mas que, em geral, procuravam dar uma voz às insatisfações e objectivos de largas faixas da população.

A Única forma de pressão conhecida então pelos trabalhadores era a greve tendo-se acentuado o seu número e extensão desde 1914. Para este movimento evolutivo terá contribuído fortemente a fundação da UON (União Operária Nacional) resultante do I Congresso Nacional Operário que teve lugar em Tomar em Março de 1914. O período compreendido entre Junho de 1917 e Março de 1918 foi o mais agudo, tendo-se registado mais de 200 greves das quais 171 exclusivamente por razões salariais.

Em geral estas greves eram duramente reprimidas, os sindicatos e associações de classe considerados ilegais e encerrados, os seus representantes perseguidos, deportados ou mortos e as levas de grevistas aparatosamente conduzidas sob escolta militar às prisões.

No Verão de 1917 Afonso Costa, chefe do Governo em nome do Partido Democrático, declara o «estado de sítio», através do Decreto 3327 de 1 de Setembro, que determina a mobilização de todos os funcionários do Estado, o que equipara qualquer grevista à figura jurídica do desertor e traidor à pátria.

Seguiu-se uma greve geral de solidariedade que se estendeu na região de Lisboa à margem sul do Tejo.

É no âmbito desta situação e coincidindo com ela que se dá a primeira greve telégrafo-postal, em que os grevistas são mobilizados sem excluir as mulheres, sendo presos sob alçada militar no navio *Lourenço Marques* ao largo do Tejo e em vários fortes pelo País, acusados de traição. Este clímax grevista e a dura repressão que se lhe seguiu impressionou fortemente a sociedade portuguesa, levando ao descrédito do Partido Democrático no poder e do seu líder Afonso Costa, que suscitou a ira das classes populares que o apodaram de «racha-sindicalistas» e «inquisidor-mor do povo português».

Em 5 de Dezembro de 1917 Sidónio Pais toma o poder, iniciando o seu consulado pessoal mais tarde conhecido por sidonismo ou República Nova, com o apoio mais ou menos expresso do partido União Republicana a que pertencia, de largos sectores monárquicos, da Igreja e outras forças conservadoras mas também de muitos sectores populares cansados da estéril luta parlamentar e da miséria crescente.

Depressa, porém, estas ilusões se desfizeram no seio das classes populares, pois esta experiência política proto-fascista de partido único veio a revelar-se ainda mais dura ao promover, na sequência da greve geral de 18 de Novembro de 1918 preparada pela UON, o encerramento dos sindicatos e a deportação para os presídios africanos (nomeadamente em Angola) dos dirigentes sindicais sem julgamento ou culpa formada. Segundo Bento Gonçalves terão passado pelas cadeias e presídios, durante este período, mais de 20 000 pessoas. Apesar da carestia crescente e da crise das subsistências Sidónio toma, entre outras medidas, a decisão de reduzir o salário dos funcionários públicos. Cria também a Polícia Preventiva, especialmente vocacionada para a repressão e vigilância, verdadeira antecessora da famigerada PIDE. Em 14 de Dezembro de 1918 Sidónio Pais sofre um atentado e é morto junto à Estação do Rossio, em Lisboa.

Em 1919, depois deste período negro, as classes trabalhadoras conseguem importantes avanços. Conquistam a jornada das oito horas diárias em Maio desse ano e fundam a Confederação Geral do Trabalho em Setembro.

Em 1920 mais uma vez a classe telégrafo-postal se dispõe a efectuar uma importante greve, com início a 3 de Março, inserida no movimento mais vasto da greve do funcionalismo público. As razões desta greve prendem-se com situações mal resolvidas no surto grevista anterior de 1917, entre outras, que procuraremos desenvolver seguidamente.

*Greve telégrafo-postal de 1917: os grevistas da administração geral presos no Forte de Caxias, acervo iconográfico da FPC. ↘*

### As greves telégrafo-postais: testemunhos de quem as viveu

Tomaremos como base para esta parte da exposição três pequenos opúsculos existentes no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, dois deles referentes à greve de 1917 e um que descreve a greve de 1920.

Os dois primeiros intitulam-se «A primeira greve telégrafo-postal» da autoria de Cândido de Oliveira e «No Forte de Caxias: notas de cativo» assinado por Mário de Oliveira. Quanto ao último trata-se de «A derrota dos telégrafo-postais na greve de 1920» de Luís Gonzaga Monteiro.

Cândido de Oliveira serviu-se das suas notas coligidas durante o aceso da luta e, posteriormente, nos períodos de prisão a bordo do *Lourenço Marques* e no presídio militar da Trafaria. Contou ainda com os dados fornecidos por outros dirigentes da associação de classe que integrava, Santos Valente, Sande Freire e Leite Ribeiro. Previne, no entanto, logo no prefácio, que a omissão de muitos outros nomes que contribuíram para o desenvolvimento da luta se ficou a dever à necessidade do segredo a fim de evitar as represálias esperadas.

Quanto às principais causas da greve refere, em primeiro lugar, as circunstâncias adversas decorrentes da entrada de Portugal na guerra e o facto de não ter havido, inicialmente, a exigência de aumentos de salário face ao galopante aumento do custo de vida. Mas, a curto prazo, a insustentabilidade dos salários torna-se premente.

Assim, em 6 de Abril de 1917, na Central Telegráfica de Lisboa, Santos Valente elaborou uma petição a enviar ao presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Classe, solicitando-lhe a convocação de uma reunião magna da classe telégrafo-postal a fim de se tomarem resoluções acerca da exigência de um aumento temporário nos vencimentos «... a exemplo do que outras Classes já conquistaram.» Esta petição foi assinada por 36 funcionários e a Assembleia Magna

reuniu-se a 17 do mesmo mês. Nela foi nomeada uma comissão encarregada de propor o aumento a pedir e as formas do seu financiamento. Em 21 de Abril resulta destes trabalhos uma proposta que tem como vector fundamental a beneficiação dos salários mais baixos (44%) e, de forma percentualmente decrescente, até aos mais elevados, superiores a 1 000\$00 (14%). Prevê igualmente as formas de financiamento através de um diminuto aumento dos portes das correspondências e da taxa dos telegramas.

Este documento terá sido apresentado quer ao administrador-geral quer ao ministro do Trabalho, porém, o silêncio foi a resposta. Passados dois meses nesta situação sem saída, os mais audazes e informados resolvem acertar uma reunião envolta no maior secretismo. Um dos elementos com acesso ao gabinete do chefe do Governo, Afonso Costa, propõe esse local por ser, sem dúvida, o mais insuspeito. Eram doze os conjurados que se comprometeram a fazer crescer a ideia de que só com uma greve, a 1ª greve telégrafo-postal, seria possível fazer ouvir as razões de toda a classe. Foi decidido mobilizar de Norte a Sul, todo o País, tendo sido divididas essas tarefas pelos coligados. No Porto, passados quatro meses sobre o pedido de aumento sem qualquer resposta, foi decidido convocar uma nova assembleia a que compareceram delegados do pessoal de Lisboa. Dela resultou um ultimato ao Governo para dar uma resposta positiva no prazo de quinze dias.

Depois de sopesada a atitude a tomar, dado o radicalismo da moção nortenha, foi julgado mais conveniente começar as conversações pelo administrador-geral o que efectivamente aconteceu em 7 de Agosto de 1917. O delegado enviado do Porto, Gomes Teixeira, e que também esteve presente nesta reunião integrando a comissão representativa, tinha sido, dias antes, recebido entusiasmadamente por mais de mil funcionários na Gare do Rossio, donde foi levado em ombros até à sede da Associação, no meio de vivas à classe.





## Greve dos Correios e Telegrafos

Os grevistas de Figueira da Foz depois de 11 dias de prisão

12 DE SETEMBRO DE 1917

Foto. João S. S.  
Trabalho & V. Gonçalves  
FIGUEIRA DA FOZ  
25

✓ *Acervo iconográfico da FPC.*

A primeira reunião da comissão com o ministro do Trabalho foi, porém, inconclusiva, fazendo aquecer os ânimos e contagiando a maioria dos funcionários que cada vez mais se mostravam dispostos a encetar uma greve.

«O vasto salão da Associação dos Caixeiros, na Rua António Maria Cardoso, foi pequeno para o número de funcionários que acudiram à reunião» nas palavras de Cândido de Oliveira. Visava esta assembleia dar a conhecer a resposta do ministro, que todos suspeitavam não adiantar em nada a questão, e tomar resoluções em conformidade. Face a uma atitude mais temporizadora dos delegados do «pessoal maior» (oficiais) ergueu-se a voz do representante do «pessoal menor» (carteiros e afins) Silva Santos que defendeu com intransigência o mandato de que tinha sido incumbido: aumentos de 45% para os salários mais baixos e uma resposta positiva no prazo máximo de quinze dias. Carlos Jacques, o último a discursar, apostrofou o Governo com as seguintes palavras « mais vale morrer dum tiro que de fome!»

É com este lema que os espíritos estão prontos a arrostar com todas as dificuldades que uma greve impõe. Havia que prepará-la, mas, dado o clima de receio existente, o local da primeira reunião preparatória foi, depois das 10h da noite, na Serra de Monsanto. Os delegados ouviram então uma proposta apresentada pelo Governo, a que serviu de porta-voz um dos elementos presentes, José Gaspar, representante do pessoal menor. Se a comissão se retratasse da imposição do prazo estabelecido para a resposta do ministro então seria possível reconsiderar um aumento. Esta proposta foi muito discutida e acabou por ser votada favoravelmente.

Comunicada a resposta foi acrescentado pelo representante da Administração Geral que tal compromisso não seria reduzido a escrito nem assinado. O comité reuniu em casa de um dos delegados na Calçada da Ajuda e posteriormente no areal de Belém, em frente dos Jerónimos, onde se lhes juntaram cerca de sessenta funcionários das Cen-

trais de Correio, Telégrafo, Ambulâncias Postais e Encomendas. Foi decidido pela maioria aceitar a proposta governamental.

Nos primeiros dias da segunda quinzena de Agosto, ocorreu a segunda reunião com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Lima Basto, também ela recheada de promessas mas sem nenhum compromisso formal.

Com a aproximação do fim do prazo estipulado para a obtenção de uma resposta, as reuniões dos funcionários, mais ou menos organizadas, sucedem-se. Na penúltima, antes da greve, todos os implicados no comité assinam um compromisso de honra de, uma vez declarada a greve, a manterem até integral satisfação das suas justas aspirações e desencadearem outras se se viessem a exercer represálias sobre os implicados na greve.

O momento crítico final foi marcado pela publicação no dia 31 de Agosto de 1917 do Decreto 3326 no «Diário do Governo» satisfazendo muito parcialmente as reivindicações dos funcionários. A sorte estava lançada. Às sete horas da manhã do dia 1 de Setembro de 1917 tinha início a primeira greve telégrafo-postal.

A resposta do Governo chefiado por Afonso Costa não se faria esperar. O pessoal telégrafo-postal é, imediatamente, mobilizado. Todos os que abandonavam as instalações do Terreiro do Paço, onde funcionava a Central de Correios de Lisboa, eram conduzidos, entre duas filas de soldados de infantaria, sob voz de prisão por insubordinação, em direcção ao Arsenal.

Estas prisões suscitam o maior clamor entre os que ainda não tinham sido presos e uma vontade crescente de engrossar essas fileiras. Junto à tabacaria Mónaco, no Rossio, são afixados manifestos do comité de greve. Fica então agendado para o dia 3 de Setembro pelas 12 horas o início de uma greve solidária extensiva aos restantes funcionários que consistirá na apresentação nos locais de trabalho mas com recusa do mesmo. A palavra de ordem será « sempre fixe», expressão de deter-

minação no propósito de defender os colegas presos e os objectivos da greve.

Entretanto corre a informação que os funcionários presos foram conduzidos no batelão *Trafaria* ao navio *Lourenço Marques*, fundeado a meio do rio Tejo. Muitos seguem, entretanto, voluntariamente, o mesmo caminho.

Na Administração todos comparecem mas recusam trabalhar aderindo, assim, às directivas do comité de greve. Promovem-se pequenas reuniões informais procurando convencer alguns mais recalcitrantes. É elaborado um documento em que se declara a solidariedade com todos os companheiros por todo o País. Assinam 83 funcionários. Mandam-se mensagens aos colegas presos com essa declaração o que provoca o maior regozijo entre eles. O major Ducla Soares faz um apelo, sem sucesso, ao pessoal com o qual se reúne pelas 16 horas.

Chega uma força da Guarda Republicana, armada com baionetas caladas e que fica a guardar o pátio do edifício da Administração. Muitos mandam prevenir as respectivas famílias da hipótese cada vez mais provável da sua prisão eminente.

Também se dão alguns casos de desistência de última hora que são deixados seguir para suas casas pela autoridade militar ou aconselhados pelos colegas insurrectos devido ao seu débil estado de saúde. São presos 63 dos 84 funcionários da Administração-Geral. Entretanto o aparato militar aumenta com a chegada da cavalaria da GNR e o povo começa a juntar-se em frente da entrada do edifício. Surgem os primeiros camiões que ocupam a Rua de S. José. É dada a voz de prisão por insurreição e os colegas formam dois a dois subindo para o transporte de carga, sem assentos. Em cada camião toma lugar um oficial ao lado do motorista. Seguem seis veículos com os presos, acompanhados por dois outros com as forças militares. Nas paragens do percurso conseguem adquirir jornais da tarde em busca

de notícias sobre a greve, mas a censura só deixou espaços em branco no lugar das notícias.

A viagem acidentada, depois de breve descida até aos Restauradores, percorre a Avenida da Liberdade, Rua do Salitre, Rato, Campo de Ourique, Necessidades, Alcântara onde uma multidão os mira com curiosidade, admirada com o seu fino traje. Seguem por S<sup>to</sup> Amaro, Junqueira, Belém, onde são saudados, na passagem, por familiares de alguns dos presos e pelo pessoal da estação telegráfica que promete ir entregá-los no dia seguinte. Prosseguem por Algés, Dafundo, Cruz Quebrada. Nesta altura já Godofredo Ferreira, um dos grevistas, tem a cabeça magoada com os solavancos do veículo. Começam a ter quase a certeza do destino final da caravana: a prisão de Caxias. As nuvens de poeira e o sacolejar constante do transporte começam a ser um verdadeiro martírio. Às 21 horas chegam, finalmente, ao destino.

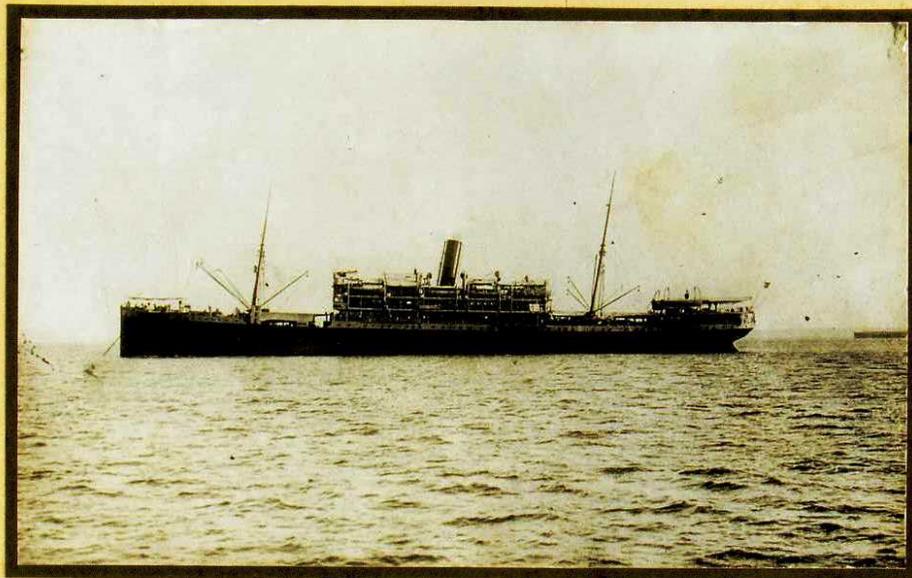
Para surpresa de quase todos dada a fama de ordem, asseio e disciplina de que goza a instituição militar deparam-se com instalações imundas e mal iluminadas. O oficial de serviço identifica-os e acaba por confessar que só pouco antes tinha sido informado que iria receber presos dos Correios. Como o apetite é cada vez maior os que tinham farnéis consigo partilham-nos com os companheiros. Como têm um impedido às ordens mandam-no comprar pão e queijo que acompanhados de água constituem a sua ceia do primeiro dia de greve.

A dormida, porque a chegada ao quartel não tinha sido devidamente preparada, faz-se nas piores condições, em cadeiras ou por cima de mesas. Quem aceita ir para as casamatas irá encontrar tarimbas imundas dispostas ao longo de um grande corredor, com seteiras abertas sem protecção de vidros, por onde penetram o frio e a humidade vindos do rio.

O cheiro insuportável dos esgotos e a presença de ratos ainda agoniam mais, depois daquela noite mal dormida. As instalações revelam-se cada vez mais lúgubres a cada exercício de observação. Abundam inscrições

GRÉVE TELEGRAFO-POSTAL DE

-- 1917 --



-- O "Lourenço Marques" -- prisão fluctuante  
dos grévistas.

*Jornal «O Grevista», executado e editado a bordo da corveta «Lourenço Marques», acervo histórico da FPC. ▽*

de anteriores ocupantes que a luz do dia vai permitindo decifrar. São, geralmente, de outros trabalhadores grevistas: da construção civil, militares insurrectos, operários, populares presos em Maio do mesmo ano por assaltos a armazéns de víveres.

A chefe da estação telégrafo-postal de Caxias, Maria das Dores Ribeiro, fornece as primeiras informações sobre o estado da greve e põe-se à disposição dos colegas presos para o que for necessário. Recebem-se as primeiras visitas de familiares. A segunda noite já foi mais confortável porque, entretanto, os presos foram distribuídos por celas com melhores condições.

E, assim, entre o dia 5 de Setembro e o dia 12 do mesmo mês a prisão foi decorrendo com os presos a lutarem pela ocupação do tempo com tarefas básicas como a preparação das refeições ou a lavagem da roupa e higiene pessoal. A ocupação intelectual não foi descuidada: inventam um sistema de posta prisional, com carimbo próprio, que os mantém constantemente em comunicação com o exterior, promovem sessões de canto e poesia e, acima de tudo, enviam mensagens de incentivo aos seus colegas presos no *Lourenço Marques* demonstrativas da firmeza da sua atitude e da confiança na vitória. As visitas trazem notícias animadoras de cada vez maior adesão ao movimento (na zona Centro Coimbra, Figueira da Foz, Aveiro e Viseu aderem em peso) e de manifestos de distribuição pública elaborados pelos vários comités de greve que são lidos avidamente por todos. Também são recebidas visitas de altos funcionários da confiança da Administração e do Governo na tentativa vã de os dissuadir. Levam como resposta declarações escritas e assinadas por todos em que se reitera a afirmação da sua solidariedade.

No dia 6 chega a notícia, por telefone, que António Maria da Silva, o administrador-geral, vendo que tem a generalidade do pessoal preso resolve pedir uma reunião do Conselho de Ministros a ter lugar no dia 7 de Setembro. Nesse mesmo dia os presos do *Lourenço Marques*

enviam uma mensagem em que alertam para as pressões a que estão sujeitos, nomeadamente os interrogatórios e as ameaças, mas declarando a sua firme vontade. Anunciam a existência de movimentações operárias mais alargadas que deveriam ter início proximamente. Cabe agora discriminar a quantidade dos presos a bordo do *Lourenço Marques*: eram no total 900, correspondendo 750 ao dito «pessoal menor», na sua grande maioria carteiros. Por serem a maior força em luta, foram sujeitos a maiores constrangimentos pelas autoridades militares, inclusive na censura da correspondência que saía do barco, obrigando-os ao uso de missivas clandestinas. Editam um jornal, «O Grevista» (de que se conhece um exemplar de oito de Setembro de 1917). Na sequência dos interrogatórios são transferidos para o presídio da Trafaria alguns elementos suspeitos de integrarem um dos comités de greve.

Chega a notícia das movimentações do operariado que começam a tomar maior expressão, com a entrada em greve dos trabalhadores da construção civil. Começa-se a falar de uma greve geral. É iniciada, efectivamente, de 9 para 10 de Setembro de 1917. Afecta os transportes fluviais, os carros eléctricos e algumas linhas ferroviárias. O movimento citadino praticamente desaparece. Na sequência destes acontecimentos a União Operária Nacional emite várias notas desmentindo boatos e acusações que mais não eram que tentativas goradas de desmobilização. Num desses comunicados é dada a notícia que 104 empregados telégrafo-postais vão para a frente de batalha e é declarada a manutenção da greve geral enquanto for mantida a mobilização da classe.

Começam a surgir os primeiros indícios de que situação vai evoluir favoravelmente. Os primeiros jornais chegam no dia 12 a Caxias sem sinais de censura. A UON em comunicado de dia 11 revela que reuniu com uma comissão das Associações Comerciais e dos empregados telégrafo-postais tendo chegado a uma plataforma de entendimento a que só

D

# Grevista

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO A bordo do transporte LOURENÇO MARQUES		PREÇO CONVENCIONAL ATÉ À RECÊÇÃO DAS PERCENTAGENS
Composto e impresso na Tipografia ADOLPHO DE MENDONÇA		

## PÁTRIA

A levantar bem alto o nome lusitano,  
 Em guerra colossal já luta luza gente,  
 Opondo o heroísmo á fôrça prepotente  
 Dum imp'rador feroz, cruel e deshumano.

Filhos de Portugal! A vossa raça ingente  
 Já teve um nome grande, imposto ao orbe humano,  
 P'la força que conteve um imp'rador romano  
 E que rompeu os mares em busca do nascente

Filhos de Portugal! A alma patriota  
 Ainda vive em vós! A já passada chama  
 Vái hoje rebrilhar! O heroísmo brota,

Vibrando em cada peito a sacrosanta fama  
 Dum povo que morreu vencendo Aljubarrota  
 E teve Viriato e Albuquerque e Gama.

VIZUHO JUNIOR.

→ Greve telegrafo-postal de 1920 →



~ Cerco e prisão dos grévistas no Jardim Botânico em Lisboa ~

- GONÇALVES, Bento, *Elementos para a História do Movimento Operário Português*. 1969 (policopiado)
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978
- MONTEIRO, Luís Gonzaga Monteiro, *A «derrota» dos telégrafo-postais na greve de 1920*. Lisboa: Rodrigues & Luz, 1920
- OLIVEIRA, Cândido, *A primeira greve telégrafo-postal*. Lisboa: Higinio A. Merone, 1925
- OLIVEIRA, César, «Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18» in *Análise Social*, vol. X (40), 1973, pp. 679-702
- OLIVEIRA, Mário, *No Forte de Caxias: notas de cativo*. Lisboa: Tip. do Sport de Lisboa, s.d.

- SAMARA, Maria Alice, «A I República e a Grande Guerra: 1914-1918» in *A crise do sistema liberal e a implantação da República*, *Actas do Seminário realizado na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça*, Moita, 3 de Outubro de 2000
- SÁ, Vítor, «Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa» in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, pp. 839-860
- TENGARRINHA, José, «As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do séc. XVIII a 1920» in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, pp. 573-601
- VENTURA, António, «A greve telégrafo-postal e a sua repressão» in *História*, n.º 35, Set. 1981, pp. 16-21
- VENTURA, António, «Norton de Matos e as movimentações sociais de 1917: a greve geral de solidariedade» in *História*, n.º 39, Jan. 1982, pp. 68-73

#### ✓ Acervo iconográfico da FPC.

falta o acordo governamental. Porém, no dia seguinte, todas as expectativas fracassam e a UON dá por terminada a greve geral perante a irredutibilidade do Governo.

Em Caxias é proposta uma saída honrosa aos presos. Porém, e de comum acordo, só saem depois de assinar uma declaração em como só retomarão a actividade se os seus colegas presos no resto do País e, em particular, a bordo do *Lourenço Marques*, forem libertados. É com o coração pesado e cheios de dúvidas sobre o desfecho da sua luta que abandonam o forte às 21h do dia 12 de Setembro de 1917.

Quanto à terceira descrição que iremos acompanhar é da autoria de Luís Gonzaga Monteiro e tem por título «A derrota dos telégrafo-postais na greve de 1920».

A greve de 1920 inicia-se a 3 de Março e tem como principais razões as questões salariais. Mesmo após o fim da Grande Guerra em 1918 as suas sequelas inflacionistas manter-se-ão durante alguns anos e a velha questão das subsistências permanece sem solução. Mas para além destas surgem novas reivindicações como a exigência do reconhecimento das associações de classe e a criação de uma junta administrativa e profissional que, integrando representantes dos funcionários, estudasse melhorias a introduzir e fizesse o acompanhamento das questões relacionadas com o pessoal, nomeadamente as questões disciplinares.

Acompanhando de perto a luta do funcionalismo público que, entretanto, se deu por satisfeito com o reconhecimento da necessidade de pagamento das ajudas de custo (de vida) e cessou a greve, os telégrafo-postais continuaram sozinhos o movimento grevista porque, na verdade, a especificidade das suas carreiras quer quanto ao ingresso, quer quanto à evolução, não permitia total equiparação.

No entanto, a intransigência e incapacidade de diálogo com os telégrafo-postais continuam a marcar a acção governativa, tal como em 1917, e a greve irá prolongar-se por todo o mês de Março.

Mas no seio dos funcionários também existiam diferenças de opinião que, desde a preparação da greve, inquinavam a sua unidade. Ao impor-se como reivindicação um aumento igual (de 70\$00) para todos os empregados estabelecia-se um sistema de injustiça relativa pois não eram comparáveis os custos de vida de Lisboa e Porto com o resto do País. Também as divisões entre «pessoal maior» e «pessoal menor» se acentuavam quer quanto aos próprios objectivos quer quanto à acção.

Após o fim da greve do funcionalismo a 13 de Março a pressão governamental recrudescer. A 19 de Março é publicado um decreto que considera todos os funcionários dos correios e telégrafos em greve em abandono de lugar e dissolve todas as associações da classe, abrindo a possibilidade de reintegração a quem se quisesse inscrever nas famigeradas «listas».

Exaltados com a negação do seu direito à associação previsto na Constituição da República os grevistas reúnem-se no Jardim Botânico em 26 de Março onde são cercados pela GNR. Mais de 500 são presos nessa ocasião mas o Governo de António Maria Baptista recua, provavelmente tendo em conta os erros cometidos em 1917 e as suas funestas consequências, e acaba por libertá-los imediatamente.

A desmoralização entre os grevistas acentua-se, porém, e o comité de greve acaba por emitir uma nota que marca o seu fim, perante a estupefacção e revolta de muitos trabalhadores. No dia 30 de Março os carteiros regressam ao serviço sem que nenhuma das reivindicações da classe fosse atendida.

Com estes exemplos claros fica mais uma vez demonstrada a falência da I República face às aspirações das classes laboriosas. Às modestas reivindicações, muito centradas no candente problema das subsistências, só é capaz de responder com a repressão, alienando assim o apoio de cada vez maiores faixas da população portuguesa com o desfecho que conhecemos.